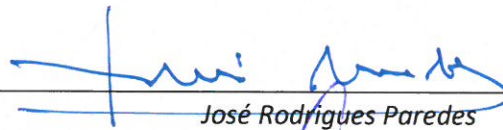


CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

FOLHA DE PRESENCAS

REUNIÃO DE CÂMARA ORDINÁRIA DO DIA 23 DE JUNHO DE 2020

PRESIDENTE DA CÂMARA



José Rodrigues Paredes

VEREADOR



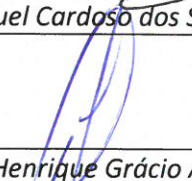
Luís Miguel Gonçalves Rodrigues

VEREADOR



Vítor Emanuel Cardoso dos Santos Ferreira

VEREADOR



Luís Henrique Grácio Azevedo

VEREADORA



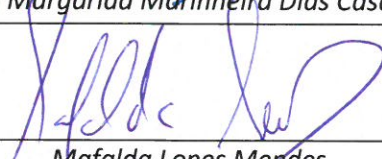
Sónia Andrea Rodrigues Pereira Pires

VEREADORA



Maria Margarida Marinho Dias Cascarejo

VEREADORA



Mafalda Lopes Mendes

SECRETARIADO POR: MANUEL JORGE PINTO LAIGINHAS, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL



CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

ATA N.º 12/2020

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO

LOCAL DA REUNIÃO: BIBLIOTECA MUNICIPAL.

HORA DE ABERTURA: 09h30 HORAS

PRESENCAS

PRESIDENTE DA CÂMARA: JOSÉ RODRIGUES PAREDES

VEREADOR: LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES

VEREADOR: VITOR EMANUEL CARDOSO DOS SANTOS FERREIRA

VEREADOR: LUIS HENRIQUE GRACIO AZEVEDO

VEREADORA: SÓNIA ANDREA RODRIGUES PEREIRA PIRES

VEREADORA: MARIA MARGARIDA MARINHEIRA DIAS CASCAREJO

VEREADORA: MAFALDA LOPES MENDES

SECRETARIOU: MANUEL JORGE PINTO LAIGINHAS, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

HORA DE ENCERRAMENTO: 12H30 HORAS

ORDEM DE TRABALHOS

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 – Aprovação da Ata_11_2020 de 05/06/2020. – para aprovação.

Ponto 1.2 – Presente Proposta da Presidência n.º 100/2020, exarada pelo Presidente da Câmara, referente ao Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados. – para aprovação.

Ponto 1.3 – Presente Proposta da Presidência n.º 99/2020, exarada pelo Presidente da Câmara, referente à concessão da isenção total do pagamento das taxas devidas pela instalação de esplanadas, durante o ano de 2020. – para aprovação.

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2020/06/17, apresentando um total de disponibilidades de 5.567.066,71€, sendo 4.544.529,57€ de dotações orçamentais e 1.022.537,14 € de dotações não orçamentais. – para tomar conhecimento.

Ponto 2.2 - Presente informação n.º 2020/481 apresentando a Conta de Gerência referente ao ano económico de 2019. – para aprovação.

Ponto 2.3 - Presente informação n.º 2020/479 referente ao Relatório de Análise Económico-Financeira e Execução Orçamental – 2.º semestre 2019. – para tomar conhecimento.

Ponto 2.4 - Presente informação 2020/482 referente à 13ª alteração orçamental permutativa 2020. – para conhecimento.

Ponto 2.5 - Presente informação 2020/483 referente à 14.º alteração orçamental modificativa 2020. – para conhecimento.

Ponto 2.6 – Presente informação 2020/485 propondo a contratação de empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1, do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua redação atual, para aplicação em investimentos, no montante de 1.531.146,22€, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal (elegível e não elegível). – para aprovação.

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL – GESTÃO ORGANIZACIONAL

Ponto 3.1 – Presente informação 2020/471 referente ao procedimento pré contratual para a formação do contrato de empreitada “Provere – Valorização Económica de Recursos Endógenos – Centro Interpretativo D’Olival ao Azeite D’Ouro – Proj. 2019/II/2”. – para aprovação.

Ponto 3.2 – Presente informação 2020/477 propondo a atribuição de apoio pontual solicitado pela União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga – construção da casa Mortuária na localidade do Pópulo. – para aprovação.

4. UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL – DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ponto 4.1 – Presente informação 2020/454, propondo alteração do valor de renda de habitação social de inquilino do Bairro Social de Alijó, solicitada através do registo de entrada n.º 2899, de 07/05/2020. – para aprovação.

5. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO

Ponto 5.1 – Presente informação 2020/431, que contém proposta de “Regulamento Municipal de Apoio Financeiro destinado ao fomento da Produção Pecuária”. – para aprovação.

6. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Ponto 6.1 – Presente informação 2020/476 referente à delegação de competências no âmbito da atribuição da concessão destinada ao exercício, em exclusivo, da atividade de exploração da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão. – para aprovação.

=====

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes e dá início ao período antes da ordem do dia.

Propõe um voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Pedro Pimentel, que é aprovado por unanimidade.

Dá a informação que foram distribuídas as mascaras sociais reutilizáveis. São devidamente certificadas pelo CITEVE cumprindo todas as orientações emanadas para este tipo de produto, à totalidade das freguesias de acordo com os números seguintes:

Freguesia do Pinhão	663
Freguesia de Sanfins do Douro	800
Freguesia de Vilar de Maçada	820
União de Freguesias de Carlão e Amieiro	900
Freguesia de Santa Eugénia	300
Freguesia de S. Mamede de Ribatua	630
Freguesia de Faviaos	950
União de Freguesias de Castedo e Cotas	500
Freguesia de Pegarinhos	350
Freguesia de Vila Verde	700
União de Freguesias de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas	630
Freguesia de Alijó	3000
Freguesia de Vila Chã	650
União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga	750

Decorre a instalação de dispensadores em inox de álcool-gel desinfetante para o exterior em espaços públicos em todas as aldeias e vilas do concelho de Alijó, num total de 100 unidades. É mais uma medida preventiva de combate à pandemia de Covid-19 que cobre todo o Concelho de Alijó. Nesta fase de desconfinamento, é importante reforçar as medidas públicas de higiene e segurança sanitária e garantir que as pessoas possam higienizar as suas mãos com frequência.

A empreitada da Ciclovía do Campo Meão já teve início a 15 de junho, vai ligar as vilas de Alijó, Faviaos

e Sanfins do Douro, ao longo de 7,4 quilómetros. Os trabalhos de execução têm a duração prevista de 12 meses.

A requalificação da área envolvente ao Plátano, no centro da Vila de Alijó, já se iniciou. Esta remodelação urbanística vai introduzir mudanças na circulação automóvel e criar uma zona pedonal revitalizando assim o centro histórico da vila de Alijó.

Informa que se iniciou a pavimentação da estrada que liga Sanfins do Douro a Cabeda.

O Vereador Vítor Ferreira (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes.

Associa-se ao voto de pesar apresentado pelo Sr. Presidente e apresenta as novidades introduzidas no âmbito da preparação da época venatória.

Presta informações acerca dos incêndios que ocorreram no concelho,

Dia 18 de junho no período da tarde estiveram presentes 26 operacionais, 4 viaturas e 1 helicóptero e no período da noite foram reforçados com 17 operacionais e 4 viaturas.

Dia 19 de junho no período da tarde estiveram no combate ao incêndio 44 Operacionais, 7 viaturas e 2 Helicópteros. Foi consumida pelo incêndio uma área total de cerca 0,5 hectare

A Vereadora Sónia Pires (PPD/PSD.CDS-PP) toma a palavra, cumprimenta todos os presentes e alia-se ao voto de pesar pelo falecimento de Luís Pedro Pimentel, realçando a saudade que fica de um amigo que deu sempre o melhor de si às pessoas, ao partido e a política pública.

Por seu turno, consciente dos desafios que os alunos do ensino secundário estão a atravessar na preparação para os exames nacionais, e atendendo às circunstâncias especiais que estamos a viver, informa que o Município promoveu uma palestra online “Do Secundário à Universidade com Sucesso”. Uma ação enquadrada no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Alijó Educa +, dinamizada pelo Professor Doutor Jorge Rio Cardoso, em que apresentou um conjunto de ferramentas essenciais para os alunos alcançarem os melhores resultados nos exames nacionais e chegarem à universidade bem preparados.

A Vereadora Mafalda Mendes (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes e associa-se ao voto de pesar pelo falecimento do Eng. Pedro Pimentel, uma perda prematura de uma pessoa que vai ficar sempre marcada na sua memória.

Aproveita para desejar uma época de exames nacionais serena e bem-sucedida a todos os estudantes. Considera que todas as iniciativas que ajudem os estudantes a programar o estudo, minimizar a ansiedade e ajudar no processo de decisão devem ser potenciadas.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS) apresentaram a seguinte intervenção, em conjunto:

- Associamo-nos ao voto de pesar pelo falecimento do Eng. Pedro Pimentel, apresentando sentidas condolências à sua família.

- Em relação à obra de requalificação da área envolvente ao Plátano, que se iniciou recentemente em Alijó, alertamos para que as obras decorram sem qualquer risco para o Plátano e solicitamos a consulta do parecer do ICNF sobre este projeto.

Ainda na sequência desta obra, a praça de táxis foi deslocalizada para a Avenida Francisco Sá Carneiro. Entretanto, em conversa com um taxista sobre esta mudança, foi transmitido que o Sr. Presidente da Câmara terá assumido o compromisso de instalar um abrigo nesta nova zona para proporcionar algum conforto aos taxistas nos períodos de espera em que se encontram estacionados. Perguntamos ao Sr.

- Presidente se confirma esta situação e como será feito o enquadramento desta estrutura naquele local?
- Perguntamos como está a ser distribuída a colocação de dispensadores de gel nas freguesias do concelho, bem como a distribuição de máscaras de proteção.
 - Questionamos sobre qual a informação de que a Câmara Municipal dispõe sobre o 5.º caso de Covid-19 apontado ao concelho de Alijó.
 - Relativamente à Rede de Emergência Alimentar criada pelo Banco Alimentar a nível nacional, perguntamos se foram sinalizados casos no concelho de Alijó.
 - Solicitamos a consulta dos vistos do Tribunal de Contas, respeitantes a várias empreitadas que se estão a iniciar.
 - Questionamos para quando a consulta pública dos PARUS de Alijó e Pinhão já aprovados.

O Presidente da Câmara (PPD/PSD.CDS-PP) retoma a palavra e presta esclarecimentos sobre as questões colocadas.

Explica que está a ser objeto de estudo a implementação de uma estrutura na Avenida Sá Carneiro para apoio à atividade dos taxistas.

Quanto à proposta da CIMDouro para apoio à retoma da atividade económica está a aguardar decisão da Unidade de Gestão da CCDR-N.

No que respeita à distribuição das máscaras sociais à população foram envolvidas as Juntas de Freguesia para que o processo possa ser efetuado em tempo útil e com maior eficácia.

Os dispensadores de álcool-gel já estão a ser instalados no concelho em coordenação com as Juntas de Freguesia.

Informa que não há casos ativos de Covid-19 no concelho de Alijó.

Esclarece que a obra de requalificação da área envolvente ao Plátano está a ser fiscalizada por técnicos aptos para o assunto e está a decorrer dentro da normalidade.

O Vereador Vítor Ferreira (PPD/PSD.CDS-PP) em resposta às questões colocadas, informa que a consulta pública das PARU'S de Alijó e Pinhão irá acontecer em breve e será anunciado no sítio informativo do Município e através de editais.

Quanto ao Centro de Recolha dos Animais, o projeto teve que ser revisto e adaptado ao montante de financiamento concedido ao Município.

A Vereadora Mafalda Mendes (PPD/PSD.CDS-PP) em resposta à Vereadora Margarida Cascarejo informa que os serviços de Ação Social receberam 3 sinalizações do Banco de Alimentar, 2 foram apoiadas com a medida Alijo + Amiga, a terceira situação não se encontravam a residir no concelho.

=====

Antes de serem colocados à discussão e votação os pontos da ordem de trabalhos, pelo chefe da Divisão de Gestão Organizacional foi dito: "Solicita-se aos membros presentes que, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que não participem na respetiva discussão e votação."

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 - Aprovação da Ata_11_2020 de 05-06-2020.

Deliberação: aprovada por unanimidade.

Ponto 1.2 – Presente Proposta da Presidência n.º 100/2020, exarada pelo Presidente da Câmara, referente ao Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por maioria, com as abstenções com os Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS), o Mapa Anual de Recrutamentos Autorizado. Mais foi deliberado aprovar a abertura de procedimentos concursais, nos termos constantes do mapa, a que se possam candidatar candidatos com e sem vínculo de emprego público por tempo indeterminado, nos termos do n.º 4 e n.º 6 do art.º 30.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS) apresentaram a seguinte declaração de voto:

“ Vemos com preocupação esta intenção de preencher mais 30 lugares no quadro do Município, atendendo ao brutal aumento das despesas com pessoal que se tem registado nos últimos anos, como se comprova pela Conta de gerência de 2019 que será objeto de apreciação nesta Reunião do Executivo e para cuja declaração de voto também remetemos.”

Ponto 1.3 – Presente Proposta da Presidência n.º 99/2020, exarada pelo Presidente da Câmara, referente à concessão da isenção total do pagamento das taxas devidas pela instalação de esplanadas, durante o ano de 2020, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, a concessão da isenção, conforme proposto.

Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do art.º 28.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais do Município de Alijó.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS) apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Somos favoráveis a esta medida, até porque fomos nós que primeiramente a propusemos, há cerca de três meses, na Reunião de Câmara de 31 de março, tendo insistido nesta e noutras propostas em todas as Reuniões desde então.

Ficaria bem ao executivo permanente ter feito essa menção no texto que acompanha a proposta que aqui vem hoje.

Mas independentemente da paternidade da proposta, interessam os seus efeitos potencialmente benéficos para a economia local nesta fase de pandemia. Por isso esperamos que entre em vigor o mais rapidamente possível.”

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2020/06/17, apresentando um total de disponibilidades de 5.567.066,71€, sendo 4.544.529,57€ de dotações orçamentais e 1.022.537,14 € de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.2 - Presente informação n.º 2020/481 apresentando a Conta de Gerência referente ao ano económico de 2019, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovados, por maioria, com o voto contra dos Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS), os documentos de prestação de contas elencados no Anexo I da Resolução n.º 04/2001 – 2ª Secção do Tribunal de Contas que se encontram integralmente elaborados e arquivados, estando disponíveis para consulta quando tal for solicitado.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos da alínea l) do n.º2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS) apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Como nota prévia, agradecemos o trabalho dos serviços da Divisão Financeira empregue na elaboração deste documento.

Interessa também precisar que se trata aqui da Conta de Gerência do ano económico de 2019, o que nada tem a ver, portanto, com o impacto da pandemia de Covid-19, referente ao ano de 2020.

Esta Conta de Gerência acentua a opção política da atual maioria camarária de esgotar a quase totalidade da sua ação política na gestão de empregos municipais.

Foi a grande aposta deste mandato para o executivo PSD-CDS: a distribuição a oito de empregos, a maioria dos quais para satisfazer clientelas partidárias, sem atender às necessidades municipais.

E os resultados estão à vista nesta Conta de Gerência: as despesas com pessoal aumentaram cerca de meio milhão de euros em 2019. Desde 2018, com a criação de cerca de meia centena de empregos camarários, correspondente a 1/3 de todo o quadro de pessoal da autarquia, essas despesas subiram cerca de 700 mil euros. Tanto quanto as receitas anuais de IUC, IMT e taxas municipais.

Sendo certo que este aumento galopante nas despesas com pessoal será permanente na estrutura de custos do Município.

Insistimos que é importante a criação de postos de trabalho na autarquia, mas com critério, peso e medida, após correta inventariação das necessidades do Município e assegurando a sua sustentabilidade financeira futura. Mas continua a não ser isso que se verifica na Câmara de Alijó, convertida em agência de empregos, sem correspondência numa melhoria significativa no funcionamento dos serviços camarários. E ainda haverá mais umas dezenas de empregos a preencher nos próximos tempos.

Estas despesas vêm dar ainda uma maior preponderância às despesas correntes, em detrimento das de capital. E as respetivas taxas de execução em 2019 comprovam-no: as despesas correntes tiveram um grau de execução de 88% e as despesas de investimento, de apenas 57%. Aliás, o plano plurianual de investimentos continua a ter uma execução inferior a 50%, situando-se nos 45%.

Isto significa que aumenta o peso dos gastos do Município consigo próprio, em detrimento do

investimento, anulando o efeito de uma boa medida do Governo em 2019, que foi o acréscimo de meio milhão de euros que o Município de Alijó recebeu do Estado. Ora, esse foi exatamente o montante do aumento nas despesas com pessoal.

No investimento, 2019 foi mais um ano perdido, o que se torna evidente também na execução de fundos comunitários: meio milhão de euros de fundos comunitários orçamentados para 2019 não teve execução. Projetos estruturantes para o concelho, continuaram, em 2019, a ser uma miragem.

E as grandes dificuldades infra-estruturais, resultantes de falta de manutenção, como na rede viária municipal, redes de água e saneamento, continuaram a agravar-se.

Apontamos, contudo, como positivo em 2019, o desencravamento do EcoMuseu de Santa Eugénia, que representava uma das nossas bandeiras e que, finalmente, depois de seis anos de teimosia da Câmara Municipal em olhar para o problema, foi resolvido, em conjunto com a Junta de Freguesia de Santa Eugénia. É um projeto estruturante, muito necessário para o concelho.

As opções políticas subjacentes a esta Conta de Gerência não merecem a nossa aprovação. Muito pouco este Município tem feito naquilo que é importante e essencial e que é inverter a perda e envelhecimento da nossa população, mediante a execução de políticas municipais que se convertessem em oportunidades para a população e os seus agentes económicos. Mas isso não tem acontecido.

Como explicar que, ao mesmo tempo que disparam as contratações de empregos na Câmara, o Município continue a carregar sobre a população com as taxas de IMI mais altas do distrito de Vila Real e a mais alta entre os concelhos vizinhos? E a aplicar às empresas a taxa máxima de derrama, continuando a apresentar a taxa de derrama mais penalizadora para as empresas no distrito de Vila Real? Mas aconteceu em Alijó no ano de 2019, apesar das nossas propostas para corrigir esta situação. Enquanto oposição, nunca fomos, nem seremos obstaculizantes, mantendo uma atitude positiva e construtiva, traduzida, aliás, nas muitas propostas em diversas áreas que temos apresentado.

Mas constatamos que a atual governação municipal não dado tem resposta às necessidades fundamentais do concelho e que, no que depender da atual maioria PSD-CDS, o nosso objetivo de elevar este concelho a um novo patamar de desenvolvimento, continuará comprometido.

E para que se não afirme que estamos movidos por preconceitos de ordem política, relembremos que foi em 2019 apresentado o Rating Municipal Português, pela insuspeita Ordem dos Economistas, que colocou Alijó como um dos piores municípios do País, na 306.ª posição entre os 308 municípios, considerando quatro dimensões para fazer a sua análise: a governação, o serviço à população, a sustentabilidade financeira e o desenvolvimento económico e social."

Ponto 2.3 - Presente informação n.º 2020/479 referente ao Relatório de Análise Económico-Financeira e Execução Orçamental – 2.º semestre 2019, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomado conhecimento. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para apreciação e tomar conhecimento, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09.

Ponto 2.4 - Presente informação 2020/482 referente à 13ª alteração orçamental permutativa 2020, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.5 - Presente informação 2020/483 referente à 14.º alteração orçamental modificativa 2020, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovada, por unanimidade.

Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação, para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto 2.6 – Presente informação 2020/485 propondo a contratação de empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1, do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua redação atual, para aplicação em investimentos, no montante de 1.531.146,22€, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal (elegível e não elegível), que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, a abertura do procedimento de candidatura à linha BEI tendente à contratação de empréstimo de médio e longo prazo para aplicação em investimentos, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal (elegível e não elegível, até ao montante de 1.531.146,22 €, nas condições referidas.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para efeitos da alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma e n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS), apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Vem aqui uma proposta para contratação de um empréstimo, pelo Município, até cerca de um milhão e meio de euros, para fazer obras participadas por fundos comunitários.

É uma medida que apoiamos, desde que destinada a projetos estruturantes e necessários para o Município. E fazemo-lo em coerência com aquela que sempre foi a nossa posição.

O mesmo não se pode dizer do executivo permanente PSD-CDS.

Depois de sete anos em que a Câmara de Alijó diabolizou a dívida e os anteriores empréstimos contraídos para fazer obra, vem agora aqui uma proposta para aumentar essa mesma dívida, até um milhão e meio de euros.

E esta situação acontece porque, depois de sete longos anos sem concretização de um único investimento estruturante, finalmente, ao que não é alheio o calendário eleitoral, a Câmara Municipal quer fazer obra. E para isso, vê-se forçada a recorrer a um empréstimo.

Nessa medida, a contratação deste empréstimo, para a maioria PSD-CDS, é um mergulho na realidade. É uma completa inversão do discurso que até agora, repetidamente, escutámos.

Fazemos votos para que os projetos participados se concretizem e que não se percam fundos comunitários. Receio fundado pelo imenso atraso que vários desses projetos apresentam na sua concretização. Seria importante por isso, que o Sr. Presidente da Câmara, aqui assumisse esse compromisso, de que não se perderão estas verbas destinadas ao concelho de Alijó.”

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL – GESTÃO ORGANIZACIONAL

Ponto 3.1 – Presente informação 2020/471 referente ao procedimento pré contratual para a formação do contrato de empreitada “Provere – Valorização Económica de Recursos Endógenos – Centro Interpretativo D’Olival ao Azeite D’Ouro – Proj. 2019/II/2”, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade:

- Adjudicar o contrato de empreitada supra identificado à entidade Cervimat – Engenharia e Construção, Lda. com o NIPC 513 436 758 pelo preço contratual de 729 590,11 € (setecentos e vinte e nove mil, quinhentos e noventa euros e onze cêntimos);
- A minuta do contrato a celebrar;
- Notificar a entidade para apresentação dos documentos de habilitação, previsto nos artigos 81.º a 83.º do Código dos Contratos Públicos;
- Notificar a entidade para prestar caução no valor de 36 479, 50 € (trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove euros e cinquenta cêntimos) que corresponde 5% do preço contratual, nos termos do previsto nos artigos 88.º e 89.º do Código dos Contratos Públicos.
- Autorizar o Presidente da Câmara a outorgar o respetivo contrato.

Ponto 3.2 – Presente informação 2020/477 propondo a atribuição de apoio pontual solicitado pela União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, a atribuição do apoio pontual solicitado pela União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga, no valor de 40.000,00€, nos termos e para os efeitos propostos.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS), apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Somos favoráveis a este apoio destinado à construção de uma Casa Mortuária no Pópulo.

Chamamos a atenção, contudo, para a necessidade de a atuação do Município com a freguesias dever ser justo e equitativo. E estamos a pensar nas freguesias que não dispõem ainda de uma Casa Mortuária.”

4 UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ponto 4.1 – Presente informação 2020/454, propondo alteração do valor de renda de habitação social de inquilino do Bairro Social de Alijó, solicitada através do registo de entrada n.º 2899, de 07/05/2020, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, a alteração do valor de renda mensal, para 83,14€, ficando sujeita a nova reavaliação quando a situação do requerente se alterar, nos termos propostos.

5. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO

Ponto 5.1 – Presente informação 2020/431, que contém proposta de “Regulamento Municipal de Apoio Financeiro destinado ao fomento da Produção Pecuária”, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o projeto de Regulamento Municipal de Apoio Financeiro destinado ao fomento da Produção Pecuária. Mais foi deliberado submeter o referido projeto para consulta pública, nos termos do art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS), apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Entendemos que o art. 7.º n.º 1 desta proposta de Regulamento deveria ser alterado, no sentido de a decisão de concessão destes apoios ser do Executivo Camarário e não apenas do Presidente da Câmara, à semelhança do que sucede com outros apoios municipais.
Ainda assim, estamos sempre a favor de medidas que apoiem a economia local e os nossos produtores.”

6. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Ponto 6.1 – Presente informação 2020/476 referente à delegação de competências no âmbito da atribuição da concessão destinada ao exercício, em exclusivo, da atividade de exploração da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão na Comunidade Intermunicipal do Douro. Contém minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a delegação de competências no âmbito da atribuição da concessão destinada ao exercício, em exclusivo, da atividade de exploração da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão na Comunidade Intermunicipal do Douro, assim como a minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, sendo designado o Presidente da Câmara para outorga do mesmo.

Mais foi deliberado, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, remeter à Assembleia Municipal para aprovação, conforme alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal.

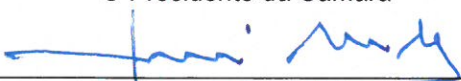
=====

Por unanimidade dos membros presentes, e nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, as deliberações foram aprovadas em minuta.

APROVAÇÃO DA ATA

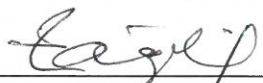
Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 15/07/2020, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e por mim, chefe da Divisão de Gestão Organizacional desta Autarquia.

O Presidente da Câmara



José Rodrigues Paredes

O Chefe da Divisão de Gestão Organizacional



Manuel Jorge Pinho Laigntas